

CONTRATO Nº [...] / 2026 / [...]

SIAG - C:

PROCESSO ADMINISTRATIVO

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Contrato que entre si celebra o ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE [...] e a Empresa [...].

O **INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO**, com sede em Cuiabá-MT, inscrito no CNPJ Nº **03.831.971/0001-71**, localizado na Rua Engº Agrônomo Duarte Monteiro, Edifício Engenheiro José Morbeck, Centro Político Administrativo, neste ato representado pelo Sr. **FRANCISCO SERAFIM DE BARROS**, brasileiro(a), Casado, portador(a) do RG nº **xxx.0840-0** e CPF nº **xxx..401.xxx-xx**, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADO**, inscrita no CNPJ Nº **XXXXXXXX**, localizada na Rua **XXXXXX** – Quadra **XXXX** – Bairro **XXXXX** – CEP **XXXXXXXX**, neste ato representada por **XXXXXX**, portador do CPF Nº **XXX.XXX.XX**, CNH nº - **DETRAN/MT**, conforme autorização nos atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, considerando a autorização para sua lavratura de número **INTERMAT-PRO-2026/XXXX** e o conteúdo do processo nº **003/2026/SEPLAG**, resolvem celebrar o presente contrato, que será regido por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, pela **Lei nº 14.133/2021**, **Decreto Estadual nº 1.525/2022**, **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, no que couber, assim como, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de botas ocupacionais de uso profissional, tipo bota (coturno), e coletes refletivos, para atender às demandas do Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT, conforme as especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da Contratada e demais documentos que integram o presente instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PREÇO



INTERMATCAP20264447A



ITEM 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
1	0000876 - COLETE REFLETIVO - TIPO: OPERACIONAL; CARACTERÍSTICAS: ABERTO COM FECHAMENTO EM ZIPER, GOLA ESPORTE PESPONTADA E DOIS BOLSOS FRONTAIS INFERIORES; PERSONALIZAÇÃO BORDADO OU ESTAMPA (FRENTE): ABAIXO DA FAIXA REFLETIVA, A BANDEIRA DO ESTADO DE MATO GROSSO BORDADA NA ALTURA DO PEITO, APLICAÇÃO DE VELCRO FÊMEA (TIRA DAS ALÇAS) NA COR LARANJA, ABAIXO DA BANDEIRA PARA COLOCAÇÃO DE TARJA DE IDENTIFICAÇÃO E LOGOMARCA "DEFESA CIVIL - ESTADO DE MATO GROSSO"; PERSONALIZAÇÃO BORDADO OU ESTAMPA (COSTAS): ABAIXO DA FAIXA REFLETIVA, DEVERÁ CONTER AS INSCRIÇÕES "DEFESA CIVIL" EM ARCO, E ABAIXO, NA HORIZONTAL "MATO GROSSO" AMBAS AS INSCRIÇÕES BORDADAS NA COR AZUL MARINHO; TECIDO: MISTO DE POLIÉSTER (70%) E ALGODÃO (30%), NO PADRÃO TECHNO RIP STOP; REFERÊNCIA: SANTISTA OU SIMILAR; COR: AZUL MARINHO NA PARTE SUPERIOR, ACIMA DA FAIXA REFLETIVA, E LARANJA NA PARTE INFERIOR, ABAIXO DA FAIXA REFLETIVA.; TAMANHO: P, M, G, GG, XG E XGG..	1 UN	90	COLETE REFLETIVO - TIPO: OPERACIONAL	R\$ 127,67

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO
2	0022526 - BOTA - TIPO: COTURNO; MATERIAL: CONFECCIONADO EM COURO LEGÍTIMO DE ALTA RESISTÊNCIA HIDROFUGADO, COLARINHO EM MATERIAL TÊXTIL FORRO INTERNO EM TECIDO; CANO: MEDINDO 25CM APROXIMADAMENTE; SOLADO: BORRACHA ANTIDERRAPANTE DE ALTA TRAÇÃO, RESISTENTE À ÁGUA E À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO; TAMANHO: A DEFINIR; FECHAMENTO:	1 PR	60	BOTA - TIPO: COTURNO; MATERIAL: CONFECCIONADO EM COURO LEGÍTIMO DE ALTA RESISTÊNCIA HIDROFUGADO	R\$ 467,50



INTERMATCAP202644447A



	EM CADARÇO; PESO: 730G (POR PÉ); COR: PRETO; PALMILHA: INTERNA REMOVÍVEL. MONTAGEM EM FIBRAS RESISTENTES À PERFURAÇÃO; UTILIZAÇÃO: PROTEÇÃO DOS PÉS DO USUÁRIO CONTRA RISCOS DE NATUREZA LEVE, CONTRA AGENTES ABRASIVOS, ESCORIANTE E PERFURANTES E CONTRA UMIDADE PROVENIENTE DE OPERAÇÕES COM USO DE ÁGUA; SISTEMA DE AMARRAÇÃO: RÁPIDO E REFORÇADO				
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 39.540,30(trinta e nove mil quinhentos e quarenta reais e trinta centavos)					

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Estadual nº 1.525/2022 e, supletivamente, aos princípios da teoria geral dos contratos e às disposições de direito privado, bem como às cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência de [...] meses, contados a partir de sua assinatura.

4.2. A Contratante providenciará a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia, nos termos do art. 94, da Lei 14.133/2021. Ademais, o contrato e o extrato dele decorrente, deverão ser divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial, a teor parágrafo único do art. 72 e do art. 91, ambos da Lei 14.133/2021.

4.3. Enquanto não implementado e integrado o Portal Nacional das Contratações Públicas - PNCP a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Estado, no Portal de Aquisições Estadual ou outro sistema equivalente adotado pelo órgão/entidade, sem



prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas Estadual;

II - quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei no PNCP se referir à inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal de Aquisições Estadual ou outro sistema equivalente, no Portal Transparência, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente. A data será fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado de Mato Grosso, em especial o Decreto nº 11, de 27 de janeiro de 2015 e alteração pelo Decreto nº 85, de 05 de maio de 2015, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do CONTRATANTE.

5.1.1. Deverá constar, no corpo da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, o número do contrato e o nº da nota de empenho.

5.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA até o 30º (trigésimo) dia da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal de Contrato.

5.3. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação dos seguintes documentos:

I – Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor previsto no art. 1º, alínea “a” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2.006.

II – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) previsto no art. 1º, alínea “c” do Decreto Estadual nº 8.199 de 16 de outubro de 2.006.

III – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.4. O CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.



5.5. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA, na forma estabelecida nos Subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTL, à pessoa jurídica que os houver apresentado.

5.6. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não são geradores de direito a reajustamento de preços.

5.7. O faturamento deverá ser emitido para:

SECRETARIA DE ESTADO DE [...]

CNPJ n.º [...]

Endereço: [...]

CEP: [...] – Cuiabá – MT.

5.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA SEXTA - APLICAÇÃO DA ISENÇÃO/DESCONTO DE ICMS

6.1. Nos termos do art. 65 do Anexo IV do Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso (RICMS/2014), aplicável às operações internas destinadas à Administração Pública Estadual, o licitante deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes condições na formulação da proposta e no faturamento:

I – O preço ofertado deverá ser formado com base no valor normal de mercado da mercadoria, compreendendo todos os tributos incidentes, inclusive o ICMS;

II – Sobre o preço original de mercado deverá ser aplicado e demonstrado, de forma destacada, o desconto correspondente à integralidade do ICMS dispensado, resultando no preço final líquido a ser contratado pela Administração;



III – O desconto referente à desoneração tributária deverá ser identificável e rastreável, não se confundindo com desconto comercial genérico ou promocional;

IV – A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e deverá refletir corretamente o tratamento tributário da operação, contendo, obrigatoriamente:

- a) CST compatível com a operação isenta;
- b) valor do ICMS zerado ou sem destaque;
- c) indicação expressa do valor descontado a título de isenção no campo próprio de desconto;
- d) fundamentação legal da isenção nas informações complementares, com menção ao art. 65 do Anexo IV do RICMS/2014.

V – A Administração recusará o recebimento fiscal e não promoverá a liquidação ou o pagamento caso a NF-e apresente:

- a) destaque indevido de ICMS;
- b) CST incompatível com a operação;
- c) ausência de demonstração do desconto tributário;
- d) fundamentação fiscal inadequada;
- e) indícios de neutralização do benefício fiscal por majoração artificial do preço base.

6.2. O descumprimento desta cláusula sujeitará a Contratada às sanções previstas no Edital e neste Contrato, inclusive glosa, multa, advertência e obrigação de recomposição ao erário, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta de recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

7.2. Unidade Orçamentária:

7.3. Programa:

7.4. Projeto Atividade:



7.5. Elemento de Despesa:

7.6. Fonte:

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Assinar o contrato em até [...] dias, contados a partir da convocação formal, via e-mail, carta SEDEX, AR (Aviso de Recebimento) ou ofício.

8.2. Efetuar o fornecimento dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo CONTRATANTE, em estrita observância das especificações do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoas e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pelo CONTRATANTE.

8.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

8.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para o CONTRATANTE.

8.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na contratação direta, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

8.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei 14.133/2021).

8.9. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos produtos.

8.10. Respeitar as normas de controle de produtos e de fluxo de pessoas nas dependências do CONTRATANTE.

8.11. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega inclusive o descarregamento dos produtos contratados.



- 8.12. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente por escrito.
- 8.13. Dispor-se toda e qualquer fiscalização do CONTRATANTE, no tocante à entrega dos produtos ou à execução dos serviços contratados.
- 8.14. Responder ao CONTRATANTE nos casos de qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- 8.15. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência.
- 8.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 14.133/2021.
- 8.17. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da empresa Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da CONTRATANTE.
- 8.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento dos produtos ou da execução dos serviços, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 8.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega dos produtos/execução dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.
- 8.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 8.21. Comunicar, tempestivamente à CONTRATANTE, qualquer imprevisto ou atraso na entrega do material/serviço objeto deste Termo, por força maior ou alheio à sua vontade e controle, ficando a CONTRATANTE responsável pelo seu deferimento, ou não, do pedido de dilação/prorrogação de prazo de entrega, aplicando as sanções previstas neste contrato, bem como todas aquelas descritas na Lei 14.133/2021 e suas subsidiárias.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à CONTRATADA, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 9.2. Requisitar a entrega dos produtos estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto.



INTERMATCAP20264447A



9.3. Receber os produtos, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato.

9.3.1. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

9.4. Designar, servidor Fiscal do Contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente.

9.5. Comunicar à empresa CONTRATADA sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados, para imediata correção, solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.6. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos ou no fornecimento dos serviços.

9.7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução da entrega dos produtos, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança.

9.8. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

9.9. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA e efetuando os pagamentos de acordo com a CLÁUSULA QUINTA, deste Termo de Contrato.

9.10. Efetuar o autorizo do pagamento na forma prevista neste Contrato.

9.11. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação e do fornecimento.

9.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.13. Fiscalizar a entrega do bem/serviço por um representante designado para esse fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.14. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO



10.1. O objeto deste Contrato deverá ser entregue de forma [...], após a requisição do [...].

10.1.1. O local da entrega do objeto deste Contrato deverá ser na [...].

10.1.2. O objeto deste Contrato será entregue de segunda a sexta-feira, tendo por regra, o horário das [...] às [...] e das [...] às [...], devendo ser recebido nos termos do art. 140 da Lei nº. 14.133/2021.

10.1.2.1. O objeto deste Contrato não poderá ser recebido em horários diferentes ao acordado, nem em feriados ou recesso.

10.1.3. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta.

10.1.4. Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito ao fiscal do contrato, indicando o prazo necessário, que por sua vez analisará e tomará as necessárias providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da realização do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. A CONTRATADA se descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Quanto ao atraso, para assinatura do contrato:

a) Atraso de até [...] dias úteis, multa de [...] % sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada, e sobre o valor contrato se for entrega única;

b) A partir do [...] dia útil até o limite do [...] dia útil, multa de [...] %, sobre o valor da nota de empenho se for entrega parcelada e sobre o valor do contrato se for entrega única, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do [...] dia útil de atraso, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

12.3. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas no contrato, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência, nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



II – multa de [...] % sobre o valor da nota fiscal/fatura, por dia de atraso no prazo proposto para entrega do bem, ficando limitado este percentual em [...] %. Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias considerar-se-á rescindido a contratação;

III – multa de [...] % sobre o valor da contratação por infração de qualquer outra Cláusula deste Contrato, que será dobrada em caso de reincidência;

IV – impedimento de licitar e contratar com a Administração;

V – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. A CONTRATADA que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; der causa à inexecução total do contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não mantiver a proposta; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até três anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.4.1. A sanção prevista no item 11.3.V, de declaração de inidoneidade, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º do dispositivo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de [...] % ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do estado, podendo, ainda, o CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa.

12.6. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo do CONTRATANTE.

12.7. As sanções previstas poderão ser aplicadas, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar de sua intimação, observados os termos do artigo 157 ou do artigo 158 da Lei 14.133/2021, a depender do caso.



12.8. No caso de aplicação de penalidades, o CONTRATANTE deve informar a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – SEPLAG/MT, para providências quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

12.9. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao CONTRATANTE;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

13.1. Toda e qualquer alteração do presente contrato deverá ocorrer por meio de Termo Aditivo, nos termos do Capítulo VII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 138, §2º e no art. 139, todos da referida lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual 1.525/2022, durante a vigência deste instrumento.

15.2. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados enquanto vigorar este Contrato.

15.3. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização expressa do CONTRATANTE.



15.4. O presente contrato encontra-se vinculado ao ato que autorizou a contratação direta e à respectiva proposta.

15.5. Aos casos omissos devem ser aplicadas as normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual 1.525/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO COMBATE À CORRUPÇÃO

16.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o foro de Cuiabá - MT como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede do CONTRATANTE.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:



INTERMATCAP202644447A

CPF n.

Nome:

CPF n.

Cuiabá-MT, agosto de 2026.



INTERMATCAP202644447A